

JUVENTUDE NEGRA, PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTO HIP HOP: NAS FRONTEIRAS DO POLÍTICO

Jane Badaró

Graduanda em Psicologia – UFMG Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT (NUH/UFMG) <u>janebadaro@yahoo.com.br</u>

Marina Mateus Marcal

Graduanda em Psicologia – UFMG Bolsista Proext/MEC/SESU – Núcleo de Psicologia Política (NPP/UFMG)

Nerea Aguillar

Graduanda em Psicologia – ÜFMG Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT (NUH/UFMG)

Rafaela Vasconcelos Freitas

Graduanda em Psicologia – UFMG Bolsista FAPEMIG, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT (NUH/UFMG)

Tayane Rogeria Lino

Graduanda em Psicologia – UFMG Bolsista Proext/MEC/SESU - Núcleo de Psicologia Política (NPP/UFMG)

RESUMO

O seguinte texto reúne reflexões sobre a mobilização de jovens negros e negras no Brasil, a partir de questionamentos sobre a concepção política de suas ações públicas, principalmente sobre o movimento *hip hop*. Após breve levantamento histórico das origens sociais, políticas e espaciais do movimento *hip hop*, são apresentados os debates atuais sobre o cultural e o político das ações de resistência e construção de identidades positivas destes jovens, em consonância com um panorama social de racismo e das desigualdades raciais e inferiorizações das práticas sociais e culturais do povo negro, historicamente reproduzidas no país.

Palavras-chave: juventude negra, participação política, movimento hip hop

ABSTRACT

The following text gathers considerations on the mobilization of young black men and women in Brazil, through the analysis of the political conception of their public actions, especially the hip hop movement. After a brief historical review that situates socially, politically and spatially the hip hop movement's origins, we present the current discussions about cultural and political actions of resistance and construction of positive identities of these youngsters, replying to a social frame of racism and depreciation of social and cultural practices of black people, that is a historical repeated pattern in the country.

Key-words: black youth, political participation, the hip hop movement

1. Introdução

Antes de explicitar os caminhos traçados neste texto para pensarmos a relação entre juventude negra e sociedade brasileira, iniciaremos demarcando de onde estamos falando e para quem estamos falando. Partimos de uma concepção feminista, baseada principalmente nos escritos de Haraway (1995), a fim de contribuir para a construção de uma história, da política e da ciência. Partimos da perspectiva de que a construção de conhecimento está estreitamente relacionada com quais lentes estamos observando/capturando uma dada realidade. Nossa visão parte do lugar onde nossos corpos estão, corpos marcados pelos gêneros, geração, origem geográfica, classe social, pertencimento étnico-racial, entre outros. Somos nós: mulheres, universitárias, brasileiras e européia, moradoras de zonas não pobres, que ousamos pensar sujeitos certamente pensantes, que se expressam e constroem formas de enfrentamento e vivências no mundo. Estudiosas dos fenômenos participativos na democratização das sociedades e na dinamização da esfera pública, dialogando com alunos de graduação, pós-graduação, profissionais, pesquisadores e professores de diferentes campos disciplinares que desenvolvam trabalhos voltados para discussão da juventude, com enfoque na relação entre juventudes e cidade.

Nosso olhar sobre a juventude negra tem uma natureza local, no sentido em que olhamos para o mundo e nos relacionamos com ele a partir de um lugar e de uma localização de corpos marcados (HARAWAY, 1995). Assim as escolhas aqui realizadas têm a ver com a forma que temos olhado para os dilemas juvenis, sociais e raciais hoje, em inter-relação com a participação no movimento *hip hop*.

2. Juventude negra e participação política

A temática da juventude tem sido alvo de pesquisas no campo das ciências sociais e humanos no Brasil desde a década de 60, do século XX. No cenário científico atual a mobilização da juventude em relação a questões da vida pública e a participação política, tem sido alvo de constante problematização. Nesse contexto, o presente trabalho discorre sobre os possíveis "lugares" de atuação dos/das jovens negros e negras e se estas distintas formas de participação podem ser ou não consideradas políticas.

Nos últimos dez anos a produção acadêmica acerca da temática da juventude tem se debruçado sistematicamente sobre as formas de participação juvenil na



sociedade brasileira (ABRAMO, 1997; IBASE/PÓLIS, 2005; ABRAMOVAY; CASTRO, 2006; ABRAMOVAY et al., 2007; CASTRO; VASCONCELOS, 2007; BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; BACELAR, 2010). De maneira geral os estudos apresentam duas percepções acerca das juventudes: primeiro a constatação do desinteresse dos jovens pelas formas tradicionais de participação política, movimentos estudantis, partidos políticos, sindicatos, fóruns, conselhos, processos eleitorais. Estes estudos afirmam uma apatia juvenil; em contrapartida, outra parcela dos estudos aponta a emergências de novas formas de interpelação política do mundo público através da cultura, religião, lazer, ação solidária (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; BACELAR, 2010). Tendo em vista a afirmação do desinteresse da juventude pelos meios formais de participação e a criação de novos espaços de participação, caminhamos para as seguintes perguntas: Será mesmo que estas formas de participação são tão novas assim? A participação dos/das jovens negros e negras já não apontava para estes espaços "não convencionais de participação", considerando a ocupação desses espaços a principal forma de requerer espaço público e político? Será que as formas/estratégias de participação de jovens negros e/ou pobres apontam para uma fixação dos lugares possíveis de atuação destes? Será que o desinteresse por parte dos estudiosos, quanto às formas de participação de jovens negros, em lugares que não sejam a partir da via da cultura, apontam para uma marginalização das formas de participação destes, já que as formas de participação no campo do político possíveis a esta parcela da juventude por muito tempo se restringiram à cultura, à arte e à religião?

Estas ditas novas formas de participação não nos parecem tão novas assim. Esta afirmação pode estar baseada em um modelo único de juventude, onde os/as jovens são vistos de forma fixa e estereotipada, ou em outras palavras parte-se de uma homogeneidade na categoria juventude que resulta em uma forma prescrita de participação juvenil. O que não se concretiza nos estudos empíricos, onde se faz sentir a necessidade de se entender a juventude a partir de sua pluralidade de manifestações e sujeitos imbricados nestas (FERRETTI, ZIBAS; TARTUCE, 2004; BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009).

No que se refere à juventude, Melucci (1995) afirma que no contexto social, histórico e cultural, a juventude não pode ser entendida apenas como uma condição biológica e geracional, mas como uma definição cultural.

A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade (MELUCCI, 1995, p.13).

Deste modo a juventude é conceituada em termos mais abrangentes como um período do ciclo da vida em que condições sociais, históricas e culturais específicas em que os sujeitos em uma dada sociedade se inserem (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009).

O conceito de participação possui alta carga simbólica, sendo emblemático no contexto ideológico e da estrutura social que se compreende. Destacando o sentido mais político da participação juvenil, Bordenave (1994) caracteriza-a como um "processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder" e, ao mesmo tempo, como uma "necessidade humana fundamental". Dessa forma, deve ser considerada um "direito das pessoas" (p. 76-77).

Segundo Melucci (1995):

[...] os jovens se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra os critérios de identificação impostos de fora, contra sistemas de regulação que penetram na área da 'natureza interna' (p.13).

Fica explícito, portanto, que os/as jovens, e consequentemente, os jovens negros e negras, não são uma realidade estática, estanque, previamente construída e concebida, mas ao contrário, apresentam um caráter dinâmico, inspirado em uma lógica de produção e re-significação de sentido, construção de bandeiras de luta comuns e seus adversários.

É importante ressaltar que a revisão bibliográfica realizada para produção das reflexões que se seguem apontam para uma escassez de estudos que retratem a participação de jovens negros e negras em lugares de participação que não sejam a cultura, principalmente no contexto da universidade e, isso pode estar relacionado tanto à concepção de jovem negro/negra, quanto à concepção de participação política, como temos apontado até aqui.

A juventude negra nestes estudos é marcada pela alta vulnerabilidade, sempre associados às favelas e aos aglomerados. Essa juventude negra, pobre, de periferia, marcada pela carência e vulnerabilidade social e, sobre a qual recai fortemente o



discurso de pobreza econômica como explicativa e determinante de outras pobrezas, a saber: sociais, culturais, política, etc., associado a uma concepção de participação ensinada, de uma conscientização dos excluídos, pode levar à não problematização e à invisibilidade de outras formas de participação da juventude.

3. Jovens negras/os em movimento: construindo histórias e tecendo presentes

Nascido nos anos 60 em Nova York o *hip hop* designava as festas nas ruas do Bronx frequentada, em sua maioria, por jovens negros. Cunhada pelo Dj Africa Bambaataa teve influências do soul e do funk, onde um dos referentes mais famosos foi James Brown que por volta de 1969 incluiu em seus shows os passos que mais tarde se nomeariam como break, um dos quatro elementos do *hip hop*, junto com o DJ, o MC e o graffiti.

Nesse sentido, é imprescindível pensar que o *hip hop* nasceu junto a grandes lideranças do Movimento Negro como Martin Luther King, Malcom X ou o famoso cantor Tupac Shakur integrante do radicalizado movimento dos Black Panthers. Nos parece um erro analítico grave perguntar se os MC's, o graffite e os breakers tinham uma intencionalidade prévia de combate ao racismo, se consideram-se pretos ou pardos, ou afrodescendentes, é relevante sim, mas não é determinante para a afirmação de que de fato o *hip hop* mudou e muda a percepção e o lugar do jovem negro, assim como a convivência e a autopercepção deles como grupo.

O hip hop é um estilo cultural juvenil que surgiu nos Estados Unidos e que no Brasil tem características estilísticas e de atuação semelhantes (WELLER, 2004). Em meados dos anos 80 do século passado, o hip hop chegou ao Brasil por São Paulo, dando continuidade ao que seriam denominados então bailes Black Power. Em um país que, ainda vivia imerso no regime militar e a um século da abolição da escravidão sem políticas de reparação que ajudassem a população negra, o hip hop convidou os jovens negros a pensar a raça como estigma e como orgulho. Assim podemos ver várias obras como "Racistas Otários" ou "Negro Limitado" dos Racionais, as de Z'Africa Brasil com o seu disco "Antigamente Quilombos, Hoje Periferia" e Thaíde e DH Hum com sua letra "Sou preto atrevido, gosto quando me chamam de macumbeiro, toco atabaque em rodas de capoeira". Nesta construção aparecem vários elementos a serem pensados como, as referências à África, a periferia como a sucessão dos quilombos e à alusão a uma escravidão que nunca

terminou. Em São Paulo, e em outras partes do Brasil, grupos de rap se organizam em coletivos ligados a determinado bairro ou região que integram a atividade de resgate da autoestima da juventude local (SPOSITO, 1993).

Desta forma, o *hip hop* pode ser entendido como um movimento político e cultural de contestação do racismo, das hierarquias sociais e raciais que inferiorizam negros e negras e, ainda, moradores da periferia de diversos países, e busca a valorização destes por meio da música, da dança e das artes plásticas, a cultura produzida nesses espaços segregados socialmente. Zeni (2004) afirma que o movimento *hip hop* dividi-se em quatro elementos, são eles: o break: dança de passos robóticos, quebrados e, quando realizada em equipe, sincronizados; o grafitti: a pintura, geralmente feita com spray, aplicada nos muros da cidade; o Dj: o disc-jóquei; e, o rapper: ou MC, mestre de cerimônias, aquele que canta ou declama letras sobre as bases eletrônicas.

Estudos atuais (DAYRELL, 2003; WELLER, 2004; ZENI, 2004; MAYORGA et al, 2008 TAVARES 2009) tem como foco investigativo a emergência de grupos juvenis de *hip hop*, estes trabalhos, em sua maioria, consideram que a organização destes grupos teria *a priori* um caráter eminentemente político e contestador. O que argumentamos, entretanto, é que não seria possível determinar que as ações desenvolvidas pelos grupos de *hip hop* sejam de cunho político *a priori*. Ao pensarmos em um grupo, qualquer que seja ele, algumas perguntas se fazem imprescindíveis: Qual a concepção de ação política? O que se entende por política?

O que nos parece evidente é que o *hip hop* é um lugar de construção de identidades positivas dos e das jovens, em sua maioria negros e negras, um lugar privilegiado de sociabilidade e ampliação dos laços sociais para os mesmos. Assim como Dayrell (2003), acreditamos que os e as jovens através de suas práticas culturais, entre elas o *hip hop*, criam um jeito particular de viver e intervir na sociedade, no entanto, isso não significaria que estas intervenções caracterizam uma forma de resistência ou mesmo uma expressão política de oposição de classe e raça.

O Movimento *Hip Hop* nos parece, portanto, buscar uma valorização das manifestações artísticas consideradas não hegemônicas, produzidas no contexto da periferia, apontando a discriminação racial e territorial que desvaloriza a cultura produzida nesses espaços.



No contexto brasileiro, uma das importantes contribuições deste movimento é a explicitação do racismo em uma sociedade imersa no ideário de democracia racial, além da valorização da ascendência étnica negra; do conhecimento histórico da luta dos negros e da sua herança sociocultural; e do combate ao preconceito racial. O pertencimento a um grupo cultural configura-se, muitas vezes, como uma alternativa de sobrevivência e de construção identitária para esses jovens, o que nem sempre é considerado pela família, pelo mundo adulto e pela escola.

É importante salientar que o contexto de desenvolvimento do *hip hop* brasileiro como gênero artístico-cultural complexo, pode ser um dos espaços possíveis de reconstrução argumentativa de seu lugar como sujeito de um processo de luta. Ou, em outras palavras, um espaço de construção de uma posição de sujeito, que (re)significa e traduz a diferença cultural em diferença política, não apenas no caso do *hip hop*, mas também de outras manifestações da juventude afrodescendente. Outra contribuição importante do movimento foi explicitar que as vivências dos e das jovens negros e negras da periferia não se caracterizam por uma postura alienada diante da vida, como podem pensar alguns. Esta realidade tão adversa, de maneira contraditória, pode gerar uma tomada de consciência do processo ideológico do racismo.

Os Racionais MCs exemplificam bem a história do movimento, sendo um dos grupos de maior visibilidade no Brasil. Surgem em São Paulo, em 1988, composto de jovens moradores da periferia, batizados musicalmente como Edy Rock e K.L. Jay, participantes de uma coletânea chamada "Consciência Black", lançada pelo selo Zimbabwe. No mesmo disco, outros dois jovens, Mano Brown e Ice Blue, participaram gravando a música "Pânico na Zona Sul". Descobriram afinidades e formaram os Racionais. O narcotráfico, a corrupção e a violência policial são os temas de suas letras (ZENI, 2004).

4. O cultural, o político e o movimento hip hop

As discussões sobre as interfaces entre cultura e política estão localizadas nos temas da participação política juvenil. Pergunta-se se a juventude estaria desinteressada do processo político ou reinventando formas de participação para além das formas tradicionais do fazer político (BACELAR, 2010). Assim, atenta-se

para essas "novas formas", em sua maioria culturais, indagando-se sobre o seu caráter político.

Ampliando-se o espectro dessa questão, diz-se que a pergunta sobre as relações entre cultura e política passa a fazer sentido no contexto de emergência dos Novos Movimentos Sociais, que instaura as reflexões entre o caráter do reconhecimento e da redistribuição como pontos de disputa ao erguer-se das diversas bandeiras de luta. Com a insurgência de novos atores políticos, as opressões ganham contornos outros para além da denominação pela via da classe social. A pobreza e a riqueza, temas do aspecto redistributivo nas lutas, são atravessadas pelas lógicas de reconhecimento, que afirmam a relação entre a hierarquia entre os diversos sujeitos sociais e o acesso ao bem-estar. A opressão ganha um caráter plural, para cada ator social, sob o manto do reconhecimento, será distintamente nomeada. Esses novos enquadramentos sobre as percepções de injustiça no mundo trarão consigo um tensionamento sobre o conceito de política, bem como novos repertórios de ação (TARROW, 2009).

Com as fronteiras pouco definidas em torno do conceito de política, muitos dilemas surgem na compreensão desses novos fazeres. Deste modo, se no caso do Movimento LGBT a opressão é nomeada sob o ponto de vista da invisibilidade homossexual, o simples ato de "assumir-se" passa a elencar questões: o assumir-se, ato tipicamente da vida privada, de caráter individual, ganha importância para romper com a invisibilidade opressora, obtendo assim status político.

No caso do Movimento Negro a opressão racial historicamente se construiu sob o elemento da cultura em que o ser branco alcançou a possibilidade universal do ser, na invisibilização (e/ou atribuição de valoração negativa) de músicas, ritos sociais, comidas, religiões, expressões sociais e expressões corporais, enfim, sobre as possibilidades de configuração daquilo que tece as relações sociais na ordem do cotidiano, a cultura. Se é essa a opressão, os repertórios de ação que tenham como foco a visibilização de uma cultura negra, por si só, já nos remeteriam àquilo que Ranciére (1996) nomeou de a disputa pelo mundo sensível e, portanto, já teria seu status referendado no conceito de política.

No entanto, segundo Mayorga et al (2008), o entendimento das ações dos movimentos sociais, e, portanto, a compreensão desses movimentos como meramente culturais ou como políticos, é um campo de disputa onde o que está em jogo é mais do que um conceito tradicional sobre política, mas a própria dinâmica



das hierarquias relacionadas à produção de saber, onde o político é definido na academia e as reinvenções desses conceitos por parte dos movimentos é, senão ilegítima, ao menos subalterna.

Tendo em mente esse campo de disputas, busca-se aqui olhar para o movimento *hip hop*, que guarda a intersecção entre os movimentos de juventude e o movimento negro. Assentado em um quadro teórico acerca dos movimentos sociais, o objetivo é vislumbrar a proximidade que o movimento *hip hop* guarda com os aspectos do campo e da ordem do fazer político, a partir de uma perspectiva que não dicotomize a cultura e a política, mas que entenda em seu contexto que alguns repertórios de ação, justamente por serem culturais, são políticos.

No que foi a apropriação do feminismo como marco de análise para a politização do "pessoal/privado" temos uma valiosa e imprescindível ferramenta para o entendimento do movimento da juventude negra e o "cultural" como político. Entre o que foi nomeado por Haraway (1995) em sua obra "Saberes Localizados" encontramos uma crítica à "objetividade ilusória" e à necessidade de uma releitura das distintas formas de saberes evidenciando sua origem e suas intencionalidades com sistemas de subordinação que são estabelecidos, também em forma de hierarquias entre os diferentes conhecimentos. Neste sentido se evidencia o não reconhecimento por parte de alguns sectores específicos (como, por exemplo, a academia ou o Estado) de determinadas formas de produção de saberes e mobilização como estratégia para legitimar e conservar o *status quo* existente e mais especificamente no nosso trabalho, o racismo como mecanismo de subordinação.

A insistência no cultural, assim como no privado evidencia-se como um movimento de confinamento da experiência e consequentemente ao campo do não-político, excluído da disputa argumentativa por critérios que são sustentados e constituídos entre outras coisas pela estrutura de hierarquia racial que é combatida. Fruto desta análise passa-se então de uma posição anônima e objetiva, quase présocial da classificação das diferentes formas de participação política, para um panorama de disputa de discursos e significados por dois ou vários grupos que ocupam, necessariamente, um lugar nas estruturas de dominação.

Isso não quer dizer que não exista, de fato, uma exclusão radical do/a jovem negro/a dos espaços de participação tais como sindicatos e partidos, assim como de todo tipo de grupos não formais. O importante é visibilizar que essa exclusão se dá,

freqüentemente, por meios não explícitos tais como o não reconhecimento da experiência ou a hierarquização das opressões, o que leva o/a jovem negro/a a manter uma luta constante, já não só no âmbito pessoal com o racismo cotidiano, assim como no impacto estrutural na hierarquia do sistema de trabalho, escasso acesso aos órgãos públicos e alvos sistemáticos das negligências referidas à saúde e à segurança pública.

Trabalhar com um conceito clássico de política seria correr o risco de não ter a capacidade de abordar as complexas dimensões deste acontecimento, o fato de organizar festas no Bronx poderia ser interpretado como um mero ato lúdico-cultural e o break ou graffite como uma mera expressão artística. No entanto, como foi argumentado previamente, não há possibilidade de fazermos uma análise do "político" sem referenciar e caracterizar o surgimento do conceito, assim como não há como falar de participação política sem falar de repressão. É preciso falar do contingente negro e sua história, relembrar como foi sua entrada na América através da escravidão, e as formas de participação política. Compreender que para um sujeito ser reprimido, primeiro tem que ser cidadão, condição que foi negada aberta e intencionalmente à população negra durante a escravidão e que ainda hoje continuam não autorizadas outras formas que também foram apontadas previamente neste texto.

O fato das formas de repressão não serem as mesmas para um conflito de classe, nem de gênero, nem de raça já que dependem necessariamente do diálogo entre as diferentes categorias e as condições de cidadania, faz evidente esperar que as formas de organização não sejam as mesmas. Assim como nos anos 70 a queima de sutiãs representou um ato político para mulher, o *hip hop* resultou uma ferramenta de expressão para juventude negra e este acontecimento não tem como ser pensado sem um análise detalhado do seu contexto.

5. Onde estão os jovens negros?

Com o intuito de pensar o *hip hop* na atualidade e seu vínculo com a luta antirracista por parte do jovem negro é preciso, como foi feito ao longo desta análise, uma profunda contextualização da situação da população negra e mais especificamente do jovem negro na sociedade brasileira contemporânea.

No que diz respeito à escolaridade a proporção de crianças de 7 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental é de 92,7% para negros e de 95% para



brancos; no entanto, somente 4,4% dos negros de 18 a 24 anos estão matriculados em instituições de ensino superior; entre os brancos, esse percentual é cerca de quatro vezes maior, de 16,6% (BENTO, 2005).

Este é um dos eixos centrais para a compreensão e entendimento dos seguintes dados apresentados num novo trabalho lançado pelo instituto Sangari com o nome de "Mapa da Violência 2011", que apresenta os seguintes dados:

Mais da metade dos óbitos juvenis acontecidos em 2008, são devidos a homicídio. Efetivamente, além das quatro UF Alagoas, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Distrito Federal, constatamos também que Amapá, Pará, Sergipe e Paraná possuem uma ou mais celas que ultrapassam a barreira de 50% (WAISELFISZ, 2011, p.55).

Dentro destes dados, estabelecendo a categoria de raça/cor para a análise do mapa, vemos que em 2002, o índice nacional de vitimização de negros/negras foi de 45,8%, ou dito de outro modo, neste ano no Brasil morreram proporcionalmente 45,8% mais negros do que brancos. Nos três anos seguintes o índice subiu para 67,1%. Em 2008, novamente o mapa evidencia um aumento, apontando para 103,4%, proporcionalmente mais negros e negras morreram do que brancas e brancos (WAISELFISZ, 2011).

Nesta mesma linha o perfil do sistema penitenciário do Brasil é jovens de 18 a 34 anos, pobres, negros e com baixa escolaridade, o que fornece elementos para pensar a importante vinculação entre o rap e o universo carcerário, assim como de criminalidade. Grandes temas como "O Homem Na Estrada" ou "Diário De Um Detento" os quais relatam o famoso massacre de Carandirú, foram músicas que impactaram e influenciaram fortemente o público jovem brasileiro refletindo como a situação da população brasileira de baixa renda agravou sua situação nos últimos anos.

No texto, "Eu não suporto o outro. Ele não sou eu", Braga (2005) faz uma análise sobre o nascimento do sistema penitenciário brasileiro e aponta como a abolição da escravatura e o denominado "medo branco" levou ao estado brasileiro a implementar o serviço militar obrigatório antes da escolaridade básica. Neste clima de mudanças, com a entrada do Estado Republicano, o fim da escravidão e o imperialismo, foi que se consolidou o sistema prisional brasileiro com todas as consequências e características que o configuram.

6. Considerações finais

A juventude negra, historicamente, tem se organizado afim de construir alternativas na luta anti-racista e pela promoção da igualdade étnico/racial de oportunidades. A cultura, principalmente o movimento *hip hop*, as rodas de capoeira, as manifestações regionais, os coletivos de estudantes, tem sido lugares relativamente tradicionais de participação destes jovens. Estes grupos por vezes aturam e atuam mobilizando os/as jovens negros/as denunciando o racismo, a discriminação, a violência e a falta de oportunidades/possibilidades impostas pela atual estrutura social. Neste sentido, as formas de participação da juventude negra apresentam uma contribuição ímpar à luta do povo negro. Entretanto, as articulações em grupo não necessariamente têm a ver com a interpelação no mundo público, ou ainda a estruturação de novas formas de participação. Nesse sentido nos parece, prescritivo, identificar estes movimentos como questionadores de uma ordem social vigente.

O que nos conduziu a um outro questionamento: Como se define a juventude negra no Brasil? As categorias juventude têm sido amplamente estudadas sem que aja, no entanto, uma problematização dos termos e de sua suposta singularidade. Boghossian & Minayo (2009) apresentam diferentes concepções de juventude:

Define-se a juventude como fase de transição da infância para a vida adulta (Ribeiro, 2004); por especificidades fisiológicas e psicológicas (Coimbra e Nascimento, 2003); pelas atividades às quais se dedicam os jovens, como educação e trabalho (Costa, 2000); por características e atitudes, tais como criatividade e rebeldia (Novaes, 2006); como período de exposição a condições de agravo à saúde – drogas, gravidez precoce, violência (Berquó, 1999) e, finalmente, por um duplo papel social: o de "motor" de mudanças na sociedade e o de desagregação de valores e estruturas tradicionais (Cardoso e Sampaio, 1995; Abramo, 1997) (Apud. p.413).

Tais concepções explicitam que parâmetros exclusivos, fixos e imutáveis fracassam em maior ou menor grau, porque generalizam e/ou naturalizam formas de ser, viver e ver a juventude. As especificidades são inúmeras, considerando-se as diferenças e desigualdades sociais, no que diz respeito à escolaridade, renda familiar, lazer, gênero, diversidade sexual, saúde e diversos outros fatores. Contudo, deve-se conceituar juventude como um conjunto de fatores e pelas múltiplas identidades que recortam essa categoria (NOVAES, 2006), sendo valorizada, sobretudo, a expressão dos próprios jovens sobre suas vivências.



Um outro conjunto de perguntas fizeram-se urgentes ao pensarmos a articulação entre a juventude negra e o movimento hip hop: Por que o break, o MC, o DJ e o grafite são expressões que geralmente constroem seus significados na rua? Por que não dentro duma academia? Por que as pichações são nas paredes do espaço público? Por que não sobre telha ou no espaço privado como os artistas da época? Estas são perguntas necessárias na hora de pensar a juventude negra e o hip hop como expressão política. Junto com os elementos previamente colocados para pensar os movimentos sociais e os sujeitos políticos existe a necessidade de um outro elemento: a necessidade de interrogar os limites, ocupar espaços que são a priori negados, constitui em si um ato político de disputa, aventurando se a questionar os lugares construídos pelos sistemas de subordinação. Um claro exemplo seria o ato de Rosa Parks guando se negou a ceder o banco de ônibus para um branco no tempo da segregação. Até que ponto Rosa Parks sabia e tinha a intencionalidade de cometer o ato que impulsionaria o maior boicote da população negra contra os Estados Unidos da América, e que posteriormente os obrigaria a mudar as leis? O que é impossível negar é como esse ato impulsionou de forma irreversível a luta antirracista e como mudou a vida de toda uma população.

É inegável que o movimento *hip hop* pode sim ser um espaço de construção de novas sensibilidades, se manifestando como um lugar de luta política. Assim os e as jovens negros e negras, através de suas manifestações da cultura *hip hop*, podem e têm alcançado espaços de representação nos diversos segmentos da sociedade brasileira, apresentando-se como atores e atrizes capazes de estabelecer diálogos, oportunidades, conquistas e propostas políticas. Acreditamos também que a cultura pode ser uma via de interpelação política da sociedade brasileira, mas não pode ser uma forma prescritiva, e muito menos a única forma.

Mische (1997) reconhece que os jovens com algum interesse político, no contexto da sociedade moderna têm a possibilidade de escolher uma ou várias dentre múltiplas facetas da militância, não se limitando as formas tradicionais de participação - os movimentos estudantis e os partidos políticos (apud. BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009). Mas é importante observar que os grupos que, normalmente, escolhem participações mais tradicionais e, consequentemente, mais legítimas dentro do seguimento juventude são os grupos das classes mais abastadas.

Concluímos este trabalho com a sensação de que nos fizemos perguntas, que nos deslocaram e nos impediram de chegar a conclusões rápidas para problemas que hoje nos parecem muito mais complexos. Assim estruturamos este trabalho com mais perguntas do que respostas, com possibilidades e caminhos de pensamentos do que com certezas imutáveis e verdades que não se manifestam no real.

7. Referência bibliográfica

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Juventude e Contemporaneidade. São Paulo, ANPED, n.5/6, 1997.

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. 1 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO. 2007.

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Juventude, Juventudes:** o que une e o que separa, Brasília, UNESCO, 2006.

BACELER, R. "Onde o político tradicional vai, o ambiental vai muito mais profundo": Ambientalismo, ação política e subjetivação de jovens cariocas. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. Juventude negra e exclusão radical. **Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise**. n. 11, p. 194-197, 2005. BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense,

1994.
BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde soc.*

[online]. vol.18, n.3, p. 411-423, 2009.

BRAGA, Guilherme Portugal. Eu não suporto o outro: ele não sou eu. **Veredas do Direito**, n. 3, p. 91-100, jan./jun, 2005.

CASTRO M. G.; VASCONCELOS, A. Juventude e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.; ESTEVES, L. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília, Unesco/MEC. 2007, p. 81-118.



DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 24 set./ dez., 2003.

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L. and TARTUCE, Gisela Lobo B. P.. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. *Cad. Pesqui.* [online]. 2004, vol.34, n.122, p. 411-423.

IBASE/PÓLIS. Pesquisa juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995.

MAYORGA, Claudia; MAGALHÃES, M.S.; PATRICÍO, Claudio Junio; CRUZ, Daniel A.G.; ALVES, Suellen G. O cultural e o político no coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais ICR**, v. 3, p. 96-109, 2008.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5/6, p. 5-14, 1997.

NOVAES, R. R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Orgs). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RANCIÉRE, Jacques. **O desentimento: o política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SPOSITO, Marília. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. Tempo Social, **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 5, no 1 e 2, p. 161-17, 1993.

TARROW, S. **O Poder em Movimento:** Movimentos sociais e confronto político. Editora Vozes, 2009.

TAVARES, Breitner Luiz. **Na quebrada, a parceria é mais forte, juventude hip-hop**: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, 2009.

ZENI, B. O negro drama do rap Entre a lei do cao e a lei da selva. Estudos Avançados, 2004 - **SciELO Brasil**.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari ; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WELLER, Wivian. O hip hop como possibilidade de inclusão e de enfrentamento da discriminação e da segregação na periferia de São Paulo, **Caderno CRH**, v. 17, n. 40, p. 103-115, jan./abr. 2004.

ZENI, Bruno. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 225-241, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

40142004000100020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2011.